

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

PAUTA DA 14ª REUNIÃO

(1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura)

10/11/2015 TERÇA-FEIRA às 14 horas e 30 minutos

Presidente: Senador Simone Tebet Vice-Presidente: Deputado Keiko Ota



Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher

14ª REUNIÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 10/11/2015.

14ª REUNIÃO

Terça-feira, às 14 horas e 30 minutos

SUMÁRIO

1ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	RVM 34/2015		
	- Não Terminativo -		8
2	RVM 35/2015		
	- Não Terminativo -		11
3	RVM 36/2015		
	- Não Terminativo -		14

2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA

FINALIDADE	PÁGINA
Debater a situação da violência sexual contra as mulheres nas Universidades brasileiras.	17

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - CMCVM

PRESIDENTE: Senador Simone Tebet
VICE-PRESIDENTE: Deputado Keiko Ota
(38 titulares e 38 suplentes)

TITULARES SUPLENTES Maioria (PMDB) MS (61) 3303-Simone Tebet(PMDB) 1 VAGO 1128/1421/3016/3 153/4754/4842/48 44/3614 Rose de Freitas(PMDB) ES (61) 3303-1156 e 2 VAGO 1158 AM (61) 3303-Sandra Braga(PMDB) 3 VAGO 6230/6227 Bloco de Apoio ao Governo(PDT, PT) RR (61) 3303.6103 / RN (61) 3303-1777 / Angela Portela(PT) 1 Fátima Bezerra(PT) 1884 / 1778 / 1682 6104 / 6105 Marta Suplicy(PMDB) SP (61) 3303-6510 2 Regina Sousa(PT) (61) 3303-9049 e 9050 Bloco Parlamentar da Oposição(PSDB, DEM) Lúcia Vânia(PSB) GO (61) 3303-1 VAGO 2035/2844 VAGO 2 VAGO Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PCdoB, PPS, PSB, REDE) AM (61) 3303-6726 Vanessa Grazziotin(PCdoB) 1 Lídice da Mata(PSB) BA (61) 3303-6408 Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PR, PRB) MT (61) 3303-6213 a Wellington Fagundes(PR)(19) 1 Eduardo Amorim(PSC)(14) SE (61) 3303 6205 a 6219 3303 6211 Ana Amélia RS (61) 3303 6083 1 VAGO PMDB, PEN AM 3215-5515 1 Cristiane Brasil(PTB) RJ 3215-5644 Conceição Sampaio(PP) Dulce Miranda(PMDB) TO 3215-5530 2 Josi Nunes(PMDB) TO 3215-5950 Elcione Barbalho(PMDB) PA 3215-5919 3 Raquel Muniz(PSC) MG 3215-5444 Laura Carneiro(17)(21) RJ 3215-5437 4 Rosangela Gomes(PRB) RJ 3215-5438 Jozi Araújo(PTB) AP 3215-5309 5 Simone Morgado(PMDB) PA 3215-5440 Júlia Marinho(PSC) PA 3215-5707 6 Soraya Santos(PMDB) RJ 3215-5352 VAGO 7 Delegado Edson Moreira(PTN)(7) MG 3215-5933 Tia Eron(PRB)(11) 8 Dâmina Pereira(PMN)(16) BA 3215-5618 MG 3215-5434 Ezequiel Teixeira(SD)(2) R.I. 3215-5210 9 VAGO Professora Dorinha Seabra Rezende(DEM) TO 3215-5432 10 VAGO Christiane de Souza Yared(PTN)(7) PR 3215-5201 11 VAGO 12 VAGO Iracema Portella(PP)(8) PI 3215-5924 PT, PSD, PR, PROS, PCdoB Clarissa Garotinho(PR) RJ 3215-5714 1 José Rocha(PR) BA 3215-5908 VAGO(12) 2 VAGO(12) Erika Kokay(PT)(4) DF 3215-5203 3 Benedita da Silva(PT)(15) R.I. 3215-5330 Luizianne Lins(PT)(4) CE 3215-5713 4 Margarida Salomão(PT)(15) MG 3215-5236 Moema Gramacho(PT)(4) BA 3215-5576 5 Maria do Rosário(PT)(15) RS 3215-5312 DF 3215-5283 6 Beto Salame(PROS) PA 3215-5473 Rogério Rosso(PSD)(5) Alice Portugal(PCdoB)(6) BA 3215-5420 7 VAGO Givaldo Carimbão(PROS) Al 3215-5732 8 VAGO PSDB, PSB SP 3215-5836 Bruna Furlan(PSDB) 1 Eliziane Gama(PPS)(18) MA 3215-5205 Carmen Zanotto(PPS) SC 3215-5240 2 VAGO Janete Capiberibe(PSB) AP 3215-5209 3 VAGO SP 3215-5523 4 VAGO Keiko Ota(PSB) VAGO(13) 5 VAGO Mariana Carvalho(PSDB)(10) RO 3215-5508 6 VAGO PDT Flávia Morais(9) GO 3215-5738 1 Rosângela Curado(20) MA 3215-5405 PSOL Jean Wyllys RJ 3215-5646 1 VAGO

⁽¹⁾ Rodízio nos termos no art. 10-A do Regimento Comum.

⁽²⁾ Designado, como membro titular, o Deputado Ezequiel Teixeira, em vaga existente, em 9-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 56, de 2015, da Liderança do SD.

- Designada, como membro titular, a Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme (3) Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do DEM.
- Designadas, como membros titulares, as Deputadas Erika Kokay, Luzianne Lins e Moema Gramacho, em vagas existentes, em 10-03-2015 (Sessão do (4)
- Senado Federal), conforme Ofício nº 21, de 2015, da Liderança do PT.
 Designado, como membro titular, o Deputado Rogério Rosso, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 70, de 2015, (5)
- da Liderança do PSD.

 Designada, como membro titular, a Deputada Alice Portugal, em vaga existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 75, de 2015, (6) da Liderança do PSD.

 Designada, como membro titular, a Deputada Christiane de Souza Yared, em vaga existente, e, como membro suplente, o Delegado Edson Moreira, em vaga
- (7)existente, em 10-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- (8) Designada, como membro titular, a Deputada Iracema Portella, em vaga existente, em 11-3-2015 (Sessão do Congresso Nacional), conforme Ofício nº 250, de 2015, da Liderança do PMDB/PP/PTB/PSC/PHS/PEN.
- (9) Designada, como membro titular, a Deputada Flávia Morais, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 17, de 2015, da Liderança do PDT.
- (10) Designada, como membro titular, a Deputada Mariana Carvalho, em vaga existente, em 19-3-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 277, de 2015, da Liderança do PSDB.
- (11)
- A Deputada Marinha Raupp deixou de integrar a comissão, em 26/03/2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 481, de 2015, da Liderança do Bloco de PMDB, PP, PTB, PSC, PHS, PEN.
 Os Deputados Dr. Jorge Silva e Ronaldo Fonceca deixaram de integrar a comissão, em 01/04/2015 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 87, de 2015, da Liderança do PROS.
 A Deputada Shéridan deixou de fazer parte da comissão em razão de seu desligamento, conforme Ofício nº 648, de 2015, da Liderança do PSDB. (12)
- (13)
- Designado, como membro suplente, o Senador Eduardo Amorim, em vaga existente, em 1º-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 45, de 2015, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força. (14)
- (15) Designadas, como membros suplentes, as Deputadas Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário, em vaga existente, em 10-7-2015 (Sessão
- do Senado Federal), conforme Ofício nº 445, de 2015, da Liderança do PT. Designada, como membro suplente, a Deputada Dâmina Pereira, em vaga existente, em 16-7-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043, de 2015, da Liderança do Bloco PMDB/PP/TB/PSC/PHS/PEN. A deputada deixou de integrar a Comissão nos termos do Ofício 1072, de 2015, da liderança do Bloco PMDB, PP, PBP, PBN, em 05 de agosto de (16)
- (17)
- (18)
- (19)
- 2015 (Sessão do Senado Federal).

 Designada, como membro suplente, a Deputada Eliziane Gama, em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, em 20-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 209, de 2015, da Liderança do PPS.

 Designado, como membro titular, o Senador Wellington Fagundes, em substituição ao Senador Magno Malta, em 26-8-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 61, de 2015, da Liderança do Bloco União e Força.

 Designada, como membro suplente, a Deputada Rosângela Curado, em vaga existente, em 10-9-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 332, (20)
- de 2015, da Liderança do PDT.
 Designada, como membro titular, a Deputada Laura Carneiro, em vaga existente, em 29-10-2015 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1472, de (21)2015, da Liderança do PMDB/PEN.

REUNIÕES ORDINÁRIAS: SECRETÁRIO(A): GIGLIOLA ANSILIERO TELEFONE-SÈCRETARIA: 61 3303-3504 FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: E-MAIL: cocm@senado.leg.br



CONGRESSO NACIONAL SECRETARIA-GERAL DA MESA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

Em 10 de novembro de 2015 (terça-feira) às 14h30

PAUTA

14ª Reunião

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER - CMCVM

PRESIDENTE: Senador Simone Tebet VICE-PRESIDENTE: Deputado Keiko Ota RELATOR: Deputado Luizianne Lins

1ª PARTE	Deliberativa
2ª PARTE	Audiência Pública
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

1ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 34, de 2015

Requer realização de diligência à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, para solicitar medidas de segurança contra violência que ocorre em bailes funk e pancadões, na periferia de São Paulo, contra meninas adolescentes.

Autoria: Deputada Keiko Ota

Textos da pauta:

<u>Texto inicial</u> (CMCVM)

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 35, de 2015

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, para debater sobre mulheres brasileiras que sofrem mutilações por companheiros.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Textos da pauta:

Texto inicial (CMCVM)

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 36, de 2015

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, para debater sobre mulheres brasileiras em situação de prisão.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Textos da pauta:

Texto inicial (CMCVM)

2ª PARTE

Audiência Pública

Assunto / Finalidade:

Debater a situação da violência sexual contra as mulheres nas Universidades brasileiras.

Requerimento(s) de realização de audiência:

- RVM 29/2015, Deputada Luizianne Lins

Convidados:

Aloizio Mercadante

Ministro de Estado da Educação

Nilma Lino

· Ministra de Estado das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

Eleonora Menicucci

 Secretária Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

Gabriel Medina

Secretário Nacional de Juventude

Marco Antonio Zago

· Reitor da Universidade de São Paulo

Ivan Marques de Toledo Camargo

Reitor da Universidade de Brasília

Aurélio Virgílio Veiga Rios

Procurador Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal

Nalu Faria

Presidente da Marcha Mundial das Mulheres

Carina Vitral

Presidente da União Nacional dos Estudantes

Luiza Ribeiro

Representante do Coletivo Feminista Geni da FMUSP

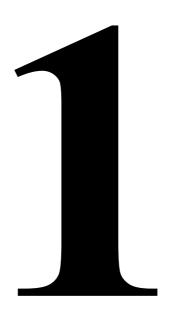
Tania Mara

 Antropóloga e Professora do Curso de Sociologia da Universidade de Brasília

Andréa Pacheco de Mesquita

 Assistente Social e Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas

1^a PARTE - DELIBERATIVA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

REQUERIMENTO N°, DE 2015 (Da Sra. Keiko Ota)

Requer que a realização de uma diligência à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, para solicitar medidas de seguranças contra violência que ocorrem em bailes funks e pancadões, na periferia de São Paulo, com meninas adolescentes.

Senhora Presidente,

Nos termos regimentais requeiro a Vossa Excelência, com amparo no art. 58, § 2°, incisos II e V, da Constituição Federal, e nos arts. 90, inciso XIII, e 142, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências desta Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, para solicitar medidas de seguranças contra violência que ocorrem em bailes funks e pancadões na periferia de São Paulo com meninas adolescentes.

JUSTIFICAÇÃO

Música alta, bem alta. Os jovens tomam conta das ruas e dançam. Todo fim de semana 300 bailes funks acontecem na periferia de São Paulo. A prefeitura só autorizou 12. O restante funciona ilegalmente e muitos são controlados pelo tráfico.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Meninos e meninas bebem, usam drogas, tiram a roupa, fazem sexo e exibem armas. E o que acontece nos bailes não fica nos bailes. As festas vão parar na internet.

Por dois meses o Jornal Globo da Rede Globo de televisão, percorreu bailes funk de São Paulo mais conhecidos como pancadões. A equipe de reportagem encontrou adolescente usando drogas, bebendo e fazendo sexo e sendo violentadas no meio da rua em imagens que se multiplicam nas redes sociais.

É claro que crianças e adolescentes têm direito à liberdade, têm direito à cultura, têm direito de se expressar, mas nós precisamos ter limites. Limites para evitar que essas crianças e adolescentes fiquem em uma situação de risco e fiquem expostos a violência, a crimes sexuais, a bebidas e drogas", alerta Ariel de Castro Alves, advogado especialista em direitos da criança e adolescente.

A polícia faz o policiamento normal em todos os bailes funk. O que ocorre é que para um mesmo baile, um mesmo pancadão, às vezes, 30, 40, 50 pessoas chamam. Para se ter uma ideia, nós temos, por fim de semana, em torno de 400 chamadas", declara Alexandre de Moraes, secretário estadual de Segurança Pública de São Paulo.

De acordo com a reportagem, durante os meses em que foi feita a matéria, a reportagem não constatou a presença de policiais para coibir estes atos.

Senhora Presidente, esta Comissão não pode ficar alheia a mais casos de violências com nossas jovens. Diante disso peço apoio para a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões,

de setembro de 2015.



1^a PARTE - DELIBERATIVA





REQUERIMENTO N° , DE 2015 – CMCVM

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública desta Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher – CMCVM, para debater sobre mulheres brasileiras que sofrem mutilações por companheiros. Sugerimos que sejam convidados para participar os seguintes representantes: Ministério da Justiça – MJ; Ministério da Saúde – MS; Ministério da Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos; Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; ONU Mulheres; Instituto Patrícia Galvão e Associação Brasileira de Psiquiatria.

JUSTIFICAÇÃO

Tem circulado pela imprensa notícias sobre mulheres vítimas de mutilações causadas por companheiros, mulheres brasileiras que têm pés, dedos, orelhas e seios decepados, em agressões brutais que lembram as punições no Oriente Médio.

De acordo com Marisa Sanematsu, uma das fundadoras do Instituto Patrícia Galvão, essas agressões brutais ocorrem, em geral, quando a vítima decide se separar. "Não é uma castigo especifico ao que ela fez: não se submeteu, não obedeceu. E o homem que domina não suporta ser contrariado", afirma.





No momento em que combatemos as desigualdades entre os sexos, combater a violência contra a mulher é a principal finalidade da Bancada Feminina do Congresso, em especial da Procuradoria da Mulher e da Comissão Mista de Combate à Violência contra Mulher.

Percebendo ser atribuição dessa Comissão assumir o debate, requeiro audiência pública para deliberarmos e levantarmos questões legislativas para sanar tais violações.

Sala da Comissão, de novembro de 2015.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN PCdoB/Amazonas

Senadora SIMONE TEBET PMDB/Mato Grosso do Sul



1^a PARTE - DELIBERATIVA





REQUERIMENTO N° 36, DE 2015 – CMCVM

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal e do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública desta Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher – CMCVM, para debater sobre as mulheres brasileiras em situação de prisão. Para tanto, sugerimos sejam convidados a participar os representantes dos seguintes órgãos e entidades: Ministério da Justiça – MJ; Ministério da Saúde – MS; Ministério da Mulher, Igualdade Racial e Direitos Humanos; Ministério Público da União – MPU; Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP; Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários – FEBRASP; e Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

JUSTIFICAÇÃO

Em recente episódio, veiculado amplamente pela imprensa nacional, uma mulher presa no Talavera Bruce, penitenciária do Rio de Janeiro, deu à luz numa cela de castigo, revelando o descaso com que é tratada a gravidez de mulheres privadas de liberdade no Brasil.

De acordo com Julita Lembgruber, socióloga, coordenadora do CESeC/Ucam, ex-diretora-geral do sistema Penitenciário do Rio de Janeiro e autora do livro *Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*, a situação dessas mulheres piorou 32 anos depois de sua





publicação. Num país com mais de 600 mil presos, quarta maior população carcerária do mundo, cerca de 40 mil são mulheres, sem atendimento às suas necessidades básicas.

Segundo dados do Depen, 25% dos presos no Brasil respondem por tráfico de drogas, mas esse percentual é de 63% entre as mulheres. A maioria presa com pequenas quantidades de drogas e sem histórico de violência.

No momento em que combatemos todo e qualquer tipo de violência contra a mulher e no uso das atribuições de Senadora da República e Procuradora da Mulher do Senado Federal, entendo ser atribuição desta Comissão trazer à luz as graves violações cometidas contra mulheres brasileiras em situação de prisão. É o que se pretende com a Audiência Pública ora requerida.

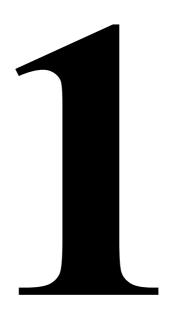
Sala da Comissão, de novembro de 2015.

Senadora VANESSA GRAZZIOTIN PCdoB/Amazonas

> Senadora SIMONE TEBET PMDB/Mato Grosso do Sul



2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA





Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher

REQUERIMENTO № , DE 2015. (Da Sra. Luizianne Lins)

Requer Audiência para debater a situação da Violência sexual contra as Mulheres nas Universidades do País.

Com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública dessa Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, a ser realizada na comissão para debater a situação da Violência sexual contra as Mulheres nas Universidades Brasileiras.

JUSTIFICAÇÃO

As instituições de ensino superior são espaços privilegiados de conhecimento e historicamente foram criadas para difundir o conhecimento e os valores humanísticos. As universidades como espaço privilegiado de conhecimentos, vêm também infelizmente, sendo espaços de muitas violências Os casos de violência sexual nas Universidades sempre aconteceram de forma velada, mas ultimamente percebemos que a cada dia vem aumentando e sabemos que as estatísticas sobre agressões sexuais em universidades brasileiras não existe, mas os casos se repetem por todo o país: Acre, Bahia, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Sul, São Paulo. Agressões cometidas pelos próprios estudantes e por pessoas de fora da universidade, que entram nos campus por falta de segurança. Entendemos que universidade é responsável também. E ela tem que pensar estratégias de combate para todo tipo de violência.

Segundo dados encaminhados pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, estima-se que, a cada 12 segundos, uma mulher é estuprada no Brasil. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública indicam que em cinco anos os registros de estupro no Brasil aumentaram em 168%: as ocorrências subiram de 15.351 em 2005 para 41.294 em 2010. Segundo o Ministério da Saúde, de 2009 a

2012, os estupros notificados cresceram 157%; e somente entre janeiro e junho de 2012, ao menos 5.312 pessoas sofreram algum tipo de violência sexual.

Compreendemos que essa situação é algo que violenta os direitos humanos das mulheres, e nesse sentido gostaríamos de aprofundar o debate para que juntas nessa comissão possamos elaborar propostas importantes e estratégicas no sentido de enfrentarmos essa grave problemática da violência sexual com as mulheres nas Universidades.

Considerando a urgência do tema e sem prejuízo de outros/as convidados/as a serem indicados/as pelos membros/as dessa comissão, sugerimos convidar as seguintes representantes:

- Ministra Eleonora Menicucc Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres;
- Renato Janine Ribeiro- Ministério da Educação
- Secretaria Nacional de Direitos Humanos
- Universidade Livre Feminista
- Ministério Público Federal
- Marcha Mundial das Mulheres
- Conselho Nacional de Politicas para as mulheres

Sala da Comissão, em de 2015.

Luizianne Lins Deputada Federal PT/CE Relatora